



CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSOR I – ESPECIALISTA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA – FAC-FEA

Curso: DIREITO – Área: DIREITO AGRÁRIO

PROVA OBJETIVA – 14/06/2024 – 14h

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA:

1. Verifique se este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões objetivas;
2. As questões objetivas têm 04 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta.
3. Verifique se o caderno de prova está completo, sem repetições de questões ou falhas, solicitando outro aos fiscais, caso necessário;
4. A prova deve ser respondida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
5. Reserve tempo suficiente para preenchimento do cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
6. Não se admitirá rasuras;
7. A fiscal não dará qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é de responsabilidade do candidato;
8. Durante a realização da prova não será permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como computador portátil, *tablet's* ou similares e relógio digital. O candidato deverá desliga-los antes do início da prova.
10. A prova terá duração de 03 (três) horas.
11. Os últimos dois candidatos que permanecerem na sala deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
12. Aguarde a autorização para abrir o caderno de questões.
13. Ao final da prova devem ser entregues o caderno de questões e o cartão de respostas com o nome e a assinatura dos candidatos nos campos próprios para preenchimento e assinatura.
14. **Boa prova!**



CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR – FEA Nº 001/2024 14/06/2024

Prova: Direito Agrário

NOME: _____

ASSINATURA: _____

NOTA: _____

01. Sobre a política agrícola e fundiária, bem como a reforma agrária prevista na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As benfeitorias úteis e necessárias não serão indenizadas em dinheiro.
- b) Compete aos Estado desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c) Cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.
- d) São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

02. A Constituição da República Federativa do Brasil determina:

- a) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por três anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- b) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por dez anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por quinze anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.

03. Sobre desapropriação, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União poderá desapropriar, por interesse social, bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios, dispensada autorização legislativa.
- b) Em áreas de minifúndio, o Poder Público tomará as medidas necessárias à organização de unidades econômicas adequadas, desapropriando, aglutinando e redistribuindo as áreas.
- c) É o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado, para todos os efeitos legais, a promover as desapropriações necessárias ao cumprimento da presente Lei.
- d) O foro competente para desapropriação é o da situação do imóvel.



04. Sobre desapropriação, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Salvo por motivo de necessidade ou utilidade pública, estão isentos da desapropriação os imóveis rurais que, em cada zona, não excederem de três vezes o módulo de produto de propriedade, fixado nos termos do artigo 4º, inciso III e os imóveis que satisfizerem os requisitos pertinentes à empresa rural, enunciados no artigo 4º, inciso VI;
- b) Os bens desapropriados por sentença definitiva, uma vez incorporados ao patrimônio público, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.
- c) efetuada a imissão de posse, fica assegurado ao expropriado o levantamento de sessenta por cento da quantia depositada para obtenção da medida possessória.
- d) A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal;

05. Sobre imposto territorial rural, de acordo com o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) a União poderá atribuir, por decreto, aos Estados e Municípios, o lançamento, tendo por base os levantamentos cadastrais executados e periodicamente atualizados;
- b) a União também poderá atribuir, por convênio, aos Municípios, a arrecadação, ficando a eles garantida a utilização da importância arrecadada;
- c) quando a arrecadação for atribuída, por convênio, ao Município, à União caberá o controle da cobrança;
- d) as épocas de cobrança deverão ser fixadas em regulamento, de tal forma que, em cada região, se ajustem, o mais possível, aos períodos normais de comercialização da produção;

06. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64) define “empresa rural” como:

- a) O imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros;
- b) O prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;
- c) É o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico ...Vetado... da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias;
- d) Aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em área destinada à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada;

07. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre direito agrário;
- b) Compete privativamente aos Estados legislar sobre direito agrário;
- c) Compete privativamente aos Municípios legislar sobre direito agrário;
- d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre direito agrário;



08. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.
- b) Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- c) O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.
- d) Incidirão impostos federais nas operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

09. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de:

- a) 05 anos
- b) 10 anos
- c) 15 anos
- d) 20 anos

10. A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à:

- a) Desapropriação, usucapião e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- b) Reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- c) Reforma agrária e a programas de habitação popular, assegurada indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

11. A Lei nº 8.171/91 dispõe sobre a política agrícola. Sobre a referida Lei assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É estabelecido, em caráter facultativo, o cadastro nacional de unidades armazenadoras de produtos agrícolas.
- b) Entende-se por atividade agrícola a produção, o processamento e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.
- c) Os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos plurianuais.
- d) É mantida, no território nacional, a exigência de padronização, fiscalização e classificação de produtos animais, subprodutos e derivados e seus resíduos de valor econômico, bem como dos produtos de origem animal destinados ao consumo e à industrialização para o mercado interno e externo.

12. De acordo com a Lei nº 8.171/91, são objetivos da política agrícola, EXCETO:

- a) eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura;
- b) proteger o meio ambiente, garantir o seu uso racional e estimular a recuperação dos recursos naturais;
- c) promover a descentralização da execução dos serviços públicos de apoio ao setor rural, visando a complementariedade de ações com Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, cabendo a estes assumir suas responsabilidades na execução da política agrícola, adequando os diversos instrumentos às suas necessidades e realidades;
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



13. De acordo com a Lei nº 8.171/91, sobre o associativismo e do cooperativismo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Poder Público apoiará e estimulará os produtores rurais a se organizarem nas suas diferentes formas de associações, cooperativas, sindicatos, condomínios e outras.
- b) O apoio do Poder Público não se estende aos grupos indígenas, pescadores artesanais e àqueles que se dedicam às atividades de extrativismo vegetal não predatório.
- c) A Lei nº 8.171/91 incentiva a inclusão, nos currículos de 1º e 2º graus, de matérias voltadas para o associativismo e cooperativismo;
- d) Devem ser promovidas atividades relativas à motivação, organização, legislação e educação associativista e cooperativista para o público do meio rural;

14. De acordo com a Lei nº 8.171/91, a concessão de crédito rural observará os seguintes preceitos básicos, EXCETO:

- a) Inidoneidade do tomador e fiscalização pelo financiador;
- b) liberação do crédito diretamente aos agricultores ou por intermédio de suas associações formais ou informais, ou organizações cooperativas;
- c) liberação do crédito em função do ciclo da produção e da capacidade de ampliação do financiamento;
- d) prazos e épocas de reembolso ajustados à natureza e especificidade das operações rurais, bem como à capacidade de pagamento e às épocas normais de comercialização dos bens produzidos pelas atividades financeiras.

15. Sobre o seguro agrícola, definido pela Lei nº 8.171/91, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É instituído o seguro agrícola destinado a cobrir prejuízos decorrentes de sinistros que atinjam bens fixos e semifixos ou semoventes e cobrir prejuízos decorrentes de fenômenos naturais, pragas, doenças e outros que atinjam plantações.
- b) As atividades florestais e pesqueiras serão amparadas pelo seguro agrícola
- c) A apólice de seguro agrícola não poderá constituir garantia nas operações de crédito rural.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

16. Sobre os contratos agrários, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura temporária e ou de pecuária de pequeno e médio porte; ou em todos os casos de parceria, o Decreto nº 59.566/66 determina o prazo mínimo de:

- a) 02 anos;
- b) 03 anos;
- c) 04 anos;
- d) 05 anos;

17. Sobre os contratos agrários, nos casos de arrendamento em que ocorra atividade de exploração de lavoura permanente e ou de pecuária de grande porte para cria, recria, engorda ou extração de matérias primas de origem animal, o Decreto nº 59.566/66 determina o prazo mínimo de:

- a) 02 anos;
- b) 03 anos;
- c) 04 anos;
- d) 05 anos;



18. Sobre os contratos agrários, nos casos em que ocorra atividade de exploração florestal, o Decreto nº 59.566/66 determina o prazo mínimo de:

- a) 03 anos;
- b) 05 anos;
- c) 07 anos;
- d) 10 anos;

19. As parcerias sem prazo convencionado pelas partes, presumem-se contratadas por:

- a) 02 anos;
- b) 03 anos;
- c) 04 anos;
- d) 05 anos

20. Sobre as modalidades de parceria, previstas no Decreto 59.566/66, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Parceria agrícola ocorre quando o objeto da cessão for o uso de imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, com o objetivo de nele ser exercida a atividade de produção vegetal;
- b) Parceria pecuária, quando o objetivo da cessão forem animais para cria, recria, internagem ou engorda;
- c) Parceria extrativa ocorre quando o objeto da cessão abranger mais de uma das modalidades de parceria
- d) Parceria agro-industrial, quando o objeto da cessão for o uso do imóvel rural, de parte ou partes do mesmo, ou maquinaria e implementos, com o objetivo de ser exercida atividade de transformação de produto agrícola, pecuário ou florestal;

21. Sobre os contratos agrários, previstos no Decreto nº 59.566/66, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os contratos de arrendamento e de parceria poderão ser escritos ou verbais.
- b) Cada parte contratante poderá exigir da outra a celebração do ajuste por escrito, correndo as despesas pelo modo que convencionarem.
- c) A alienação do imóvel rural ou a instituição de ônus reais sobre ele, não interrompe os contratos agrários, ficando o adquirente ou o beneficiário, sub-rogado nos direitos e obrigações do alienante ou do instituidor do ônus.
- d) Os contratos agrários, qualquer que seja o seu valor e sua forma, não poderão ser provados por testemunhas

22. De acordo com o Decreto nº 59.566/66, o arrendamento se extingue, exceto:

- a) Por sentença judicial recorrível;
- b) Pela desapropriação, parcial ou total, do imóvel rural;
- c) Pela retomada;
- d) Pelo término do prazo do contrato e do de sua renovação;

23. Sobre o Arrendamento e suas modalidades regulamentado pelo Decreto nº 59.566/66 assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Poderão os contratos ser anualmente corrigidos a partir da data da assinatura, na parte que se refere ao valor da terra, de acordo com o índice de correção monetária fornecida pelo Conselho Nacional de Economia e divulgado pelo IBRA
- b) Nos casos de arrendamento da área total do imóvel rural, a um ou mais arrendatários, a soma dos preços de arrendamento não pode ser superior a 30% (trinta por cento) do valor da terra nua, fornecido na Declaração de



Propriedade de imóvel rural e aceito para o Cadastro de Imóveis Rurais do IBRA, constante do recibo de pagamento do imposto territorial rural (ITR)

c) O preço de arrendamento da benfeitorias que entrem na composição do contrato, não poderá exceder a 15% (quinze por cento) do valor das mesmas benfeitorias, expresso na Declaração de Propriedade do Imóvel Rural.

d) O preço do arrendamento só pode ser ajustado em quantia fixa de dinheiro, mas o seu pagamento pode ser ajustado que se faça em dinheiro ou em quantidade de frutos cujo preço corrente no mercado local, nunca inferior ao preço mínimo oficial, equivalha ao do aluguel, à época da liquidação.

24. Sobre o Arrendamento e suas modalidades regulamentado pelo Decreto nº 59.566/66 assinale a alternativa INCORRETA:

a) As benfeitorias que forem realizadas no imóvel rural objeto de arrendamento, podem ser voluptuárias úteis e necessárias

b) Quando as benfeitorias necessárias ou úteis forem feitas às expensas do arrendador dando lugar a aumento nos rendimentos da gleba, terá ele direito a uma elevação proporcional da renda, e não serão indenizáveis ao fim do contrato, salvo estipulação em contrário.

c) Enquanto o arrendatário não for indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, poderá reter o imóvel em seu poder, no uso e gozo das vantagens por ele oferecidas, nos termos do contrato de arrendamento.

d) O arrendatário, no término do contrato, terá direito á indenização das benfeitorias necessárias e voluptuárias. Quanto às úteis, somente será indenizado se sua construção for expressamente autorizada pelo arrendador.

25. Sobre o crédito rural, regulamentado pela Lei nº 4.829/65, assinale a afirmativa INCORRETA:

a) O cumprimento das deliberações do Conselho Monetário Nacional, aplicáveis ao crédito rural, será dirigido, coordenado e fiscalizado pelo Banco Brasil S/A.

b) Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor.

c) As entidades financiadoras participantes do sistema de crédito rural poderão designar representantes para acompanhar a execução de convênios relativos à aplicação de recursos por intermédio de órgãos intervenientes.

d) Os financiamentos rurais caracterizam-se, segundo a finalidade, como de: custeio, investimento, comercialização e industrialização de produtos agropecuários;

26. O Decreto nº 5.741/2006 organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. De acordo com este Decreto, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária opera em conformidade com os princípios e definições da sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, educação, vigilância de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal.

b) O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária articular-se-á com o Sistema Único de Saúde, no que for atinente à saúde pública.

c) As regras e os processos do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária contêm os princípios a serem observados em matéria de sanidade agropecuária, especialmente os relacionados com as responsabilidades dos produtores, dos fabricantes e das autoridades competentes, com requisitos estruturais e operacionais da sanidade agropecuária.

d) A área estadual é a unidade geográfica básica para a organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e para o funcionamento dos serviços oficiais de sanidade agropecuária.



27. O Decreto nº 5.741/2006 organiza o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. De acordo com este Decreto, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A análise de risco será o método básico utilizado na definição dos procedimentos de atenção à sanidade agropecuária.
- b) As autoridades competentes das três Instâncias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária deverão estabelecer procedimentos para identificação de riscos, nas áreas de sua competência.
- c) As análises de risco serão elaboradas utilizando as referências e os conceitos harmonizados nacionalmente.
- d) Sempre que uma autoridade suspeitar que existe risco sanitário ou fitossanitário, solicitará informações adicionais às outras Instâncias do Sistema Unificado de Atenção Agropecuária, que deverão transmitir com urgência todas as informações pertinentes de que dispõem.

28. A Lei nº 12.651/2012 dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. De acordo com a mencionada Lei, entende-se por Amazônia legal:

- a) área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
- b) os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão;
- c) administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

29. Sobre a agricultura familiar, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos, EXCETO:

- a) Não detenha, a qualquer título, área maior do que 8 (oito) módulos fiscais;
- b) Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- d) Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

30. Sobre a agricultura familiar, assinale a alternativa que não representa um princípio da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais:

- a) centralização;
- b) sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- c) equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- d) participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais;

31. A Lei nº 4.132/62 define os casos de desapropriação por interesse social. Sobre a referida Lei, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social



- b) O expropriante tem o prazo de 2 (dois) anos, a partir da decretação da desapropriação por interesse social, para efetivar a aludida desapropriação e iniciar as providências de aproveitamento do bem expropriado.
- c) Os bens desapropriados não serão objeto de venda ou locação.
- d) Entre outras hipóteses previstas na Lei, considera-se de interesse social a destinação de áreas às comunidades indígenas que não se encontravam em área de ocupação tradicional em 5 de outubro de 1988, desde que necessárias à reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

32. A Lei nº 13.986/2020 define o patrimônio rural em afetação. Sobre este instituto assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O terreno, as acessões e as benfeitorias nele fixadas, exceto as lavouras, os bens móveis e os semoventes, constituirão patrimônio rural em afetação, destinado a prestar garantias por meio da emissão de Cédula de Produto Rural (CPR), de que trata a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, ou em operações financeiras contratadas pelo proprietário por meio de Cédula Imobiliária Rural (CIR).
- b) O patrimônio rural em afetação é constituído por requerimento do proprietário, por meio de registro na matrícula do imóvel.
- c) Quando o patrimônio rural em afetação for constituído por parcela determinada de uma área maior, serão registradas na respectiva matrícula as descrições da parcela objeto de afetação e da parcela remanescente.
- d) O patrimônio rural em afetação dado em garantia não constitui direito real sobre o respectivo bem.

33. Sobre a cédula imobiliária rural (CIR), regulamentada pela Lei 13.986/2020, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A CIR poderá ser garantida por terceiros, inclusive por instituição financeira ou por seguradora.
- b) A CIR é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, correspondente ao valor nela indicado ou ao saldo devedor da operação de crédito que representa.
- c) A CIR não poderá receber aval.
- d) Fica legitimado para emitir a CIR o proprietário de imóvel rural, pessoa natural ou jurídica, que houver constituído patrimônio rural em afetação.

34. Sobre a cédula de produto rural (CPR), regulamentada pela Lei 13.986/2020, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A CPR poderá ser emitida sob a forma cartular ou escritural.
- b) A emissão na forma escritural, que poderá valer-se de processos eletrônicos ou digitais, será objeto de lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de escrituração.
- c) A CPR emitida sob a forma cartular assumirá a forma escritural enquanto permanecer depositada em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de depósito centralizado de ativos financeiros ou de valores mobiliários.
- d) A CPR somente admite prestação única, não admitindo prestações parceladas.

35. Sobre as áreas de preservação permanente, previstas no Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- b) A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei.
- c) É exigida a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- d) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.



36. Sobre as áreas de reserva legal, previstas no Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.
- b) No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.
- c) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- d) A área de Reserva Legal deverá ser registrada no órgão ambiental competente por meio de inscrição no CAR (Cadastro Ambiental Rural) sendo vedada a alteração de sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento, com as exceções previstas nesta Lei.

37. Sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), previsto no Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É criado o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
- b) O cadastramento não será considerado título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse.
- c) A inscrição no CAR é facultativa e por prazo determinado para todas as propriedades e posses rurais.
- d) A inscrição do imóvel rural no CAR deverá ser feita, preferencialmente, no órgão ambiental municipal ou estadual.

38. Sobre o controle da origem dos produtos florestais, previsto no Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas ou exóticas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas na Lei nº 12.651/2012, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 1 (um) ano, para fins de controle de origem.
- b) É livre a extração de lenha e demais produtos de florestas plantadas nas áreas consideradas Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.
- c) O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem.
- d) O transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem licença do órgão competente do Sisnama.

39. Sobre a proibição do uso de fogo e do controle de incêndios, previsto no Código Florestal brasileiro (Lei nº 12.651/2012), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os planos de contingência para o combate aos incêndios florestais dos órgãos do Sisnama conterão diretrizes para o uso da aviação agrícola no combate a incêndios em todos os tipos de vegetação.
- b) O Governo Federal deverá estabelecer uma Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, que promova a articulação institucional com vistas na substituição do uso do fogo no meio rural, no controle de queimadas, na prevenção e no combate aos incêndios florestais e no manejo do fogo em áreas naturais protegidas.
- c) Na apuração da responsabilidade pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares, a autoridade competente para fiscalização e autuação deverá comprovar o nexo de causalidade entre a ação do proprietário ou qualquer preposto independente de dano.
- d) É necessário o estabelecimento de nexo causal na verificação das responsabilidades por infração pelo uso irregular do fogo em terras públicas ou particulares.



40. Sobre o instituto da usucapião, previsto no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.
- b) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cem hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- d) A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade dívida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

41. Sobre os contratos em geral, regulamentados pelo Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.
- b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- c) A revisão contratual somente ocorrerá de maneira excepcional e limitada.
- d) É vedado às partes estipular contratos atípicos;

42. Sobre os contratos em geral, regulamentados pelo Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O distrato faz-se pela mesma forma exigida para o contrato.
- b) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- c) A cláusula resolutiva expressa depende de interpelação judicial.
- d) A rescisão unilateral, nos casos em que a lei expressa ou implicitamente o permita, opera mediante denúncia notificada à outra parte.

43. Sobre a posse e as ações possessórias, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composses ou de ato por ambos praticado.
- b) A propositura de uma ação possessória em vez de outra obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- c) É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- d) Não obsta à manutenção ou à reintegração de posse a alegação de propriedade ou de outro direito sobre a coisa.

44. Nas ações possessórias incumbe ao autor provas, EXCETO:

- a) A sua posse e a propriedade do bem imóvel;
- b) A turbação ou o esbulho praticado pelo réu;
- c) A data da turbação ou do esbulho;
- d) A continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração.



45. Sobre a aquisição da posse prevista no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, senão depois de cessar a violência ou a clandestinidade.
- b) A posse transmite-se aos herdeiros ou legatários do possuidor com os mesmos caracteres.
- c) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de todos os poderes inerentes à propriedade.
- d) O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.

46. Sobre os efeitos da posse previstos no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- b) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, manter-se-á provisoriamente a que tiver a coisa, se não estiver manifesto que a obteve de alguma das outras por modo vicioso.
- c) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas as benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias;
- d) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.

47. O possuidor que tem sua posse ameaçada deverá ajuizar:

- a) Ação de manutenção de posse;
- b) Ação de reintegração de posse;
- c) Interdito proibitório;
- d) Ação de desapropriação;

48. O art. 554 do Código de Processo Civil determina que “A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.” A doutrina reconhece nesse artigo o princípio processual:

- a) Da razoabilidade;
- b) Da proporcionalidade;
- c) Da eventualidade;
- d) Da fungibilidade;

49. O art. Art. 556 do Código de Processo Civil determina: “É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor”. O mencionado dispositivo legal se refere a(o):

- a) Reconvenção nas ações possessórias
- b) Natureza dúplice das ações possessórias
- c) Pedido Liminar nas ações possessórias
- d) Pedido Cautelar nas ações possessórias

50. Sobre as ações possessórias, considerando o que determina o Código de Processo Civil brasileiro, a ação de manutenção de posse deverá ser ajuizada quando ocorrer:

- a) Turbação
- b) Esbulho
- c) Ameaça
- d) Usucapião